

Marquês de Pombal: um governante controverso

António Pedro Vicente



Retrato do Marquês de Pombal, gravura de C. Legrand. Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

FIGURA CONTROVERSA, DUZENTOS ANOS APÓS A SUA morte, continua a merecer um estudo cuidado que ajude a clarificar o todo da sua acção, como estadista e como homem. Tendo nascido em 1699 e falecido em 1782, a sua existência atravessa, praticamente, todo o século XVIII. Por essa razão a historiografia portuguesa que se debruça sobre essa época salienta com acutilância o período ante e pós Pombal. Quase três decénios de governo em que se deram acontecimentos relevantes no campo social, económico, militar e cultural, com mutações em certas medidas radicais no âmbito desses sectores, necessariamente tornam esta figura um campo aberto às mais variadas especulações.

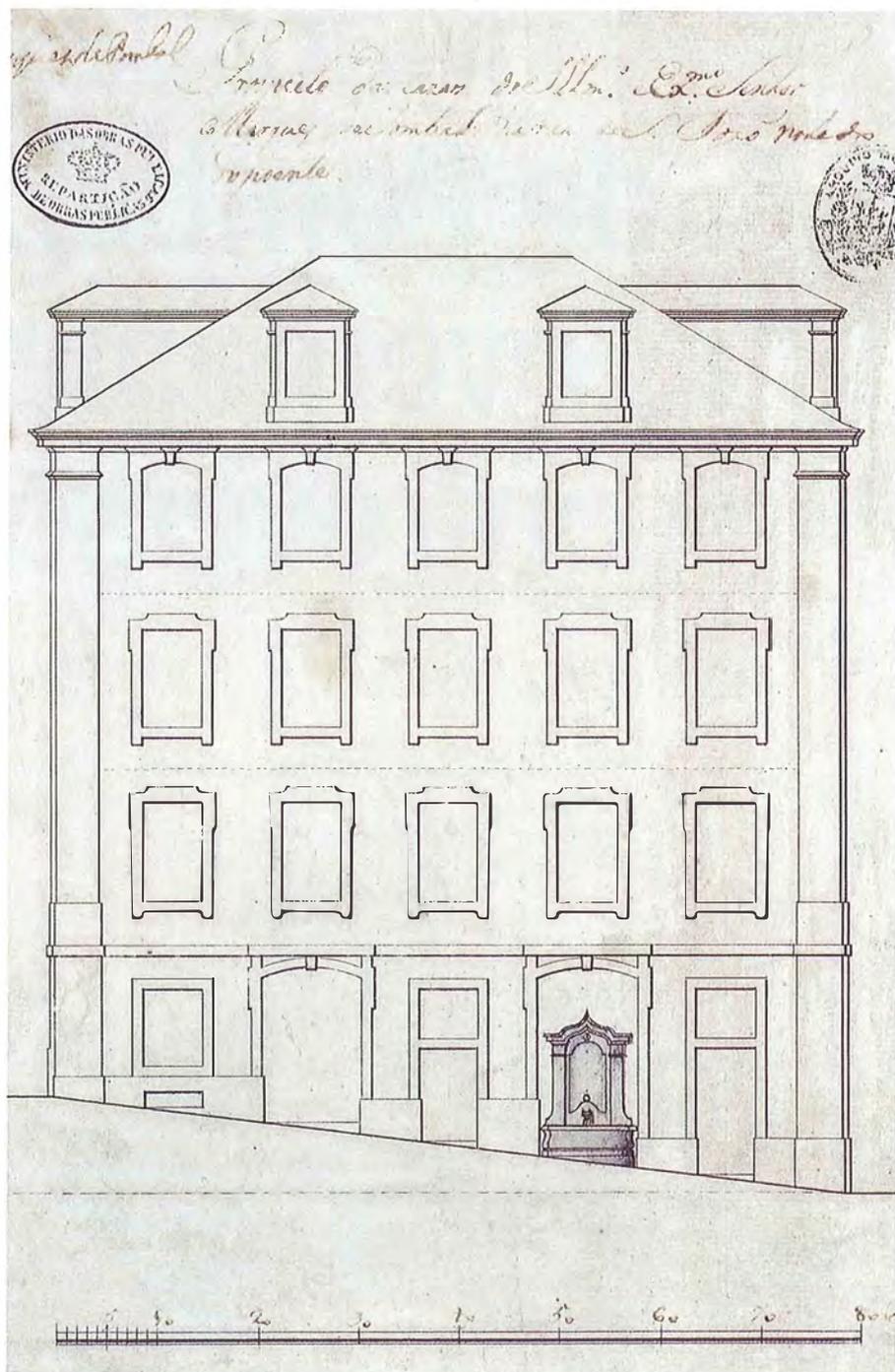
Diversos aspectos esclarecedores da sua biografia estão estudados. Referimos os anos que sucedem a 1740. Até aí pouca documentação existe para clarificar aspectos da sua mocidade, estudos e formação. Sabe-se do seu primeiro casamento com uma senhora da nobreza, viúva, mais velha que ele, com meios de fortuna, mas com ligações suficientes na sociedade e nos meios governamentais para vir a ser nomeado para um cargo diplomático.

Para além de ter convivido numa sociedade desenvolvida como a Inglaterra, aí prestou serviço ao conseguir isenções para os comerciantes portugueses em Londres semelhantes às dos ingleses em Portugal. Teria, igualmente, contribuído para o reconhecimento dos direitos que tinham as autoridades do seu país para punir os excessos praticados pelos capitães de navios ingleses nas costas portuguesas. No entanto, as instituições liberais inglesas não o teriam influenciado. Aí adquiriu, contudo, algum treino em ciência administrativa. Foi, depois, enviado a Viena de Áustria ao eclidir, entre esta Corte e a de Roma, uma discórdia relativa aos direitos de *nomina* da cúria, na qual o governo português se viu envolvido como mediador. Estava-se no ano de 1745, e Sebastião José de Carvalho conseguiu

sanar algumas quezílias entre as duas cortes e edificar as bases de um tratado e enfraquecer novas dissensões entre Francisco I e o Papa Benedito XIV. Em Viena casou com uma senhora da nobreza local – Ernestina de Daun – filha de um conde e marechal general. Esse casamento, contrariado de início pela família da noiva, veio a ter lugar, em parte, devido à interferência da rainha portuguesa D. Maria de Áustria, a qual confirmou a ascendência nobre do diplomata português.

Com a ascensão ao trono de D. José, a rainha viúva vem a ter influência decisiva na nomeação de Sebastião de Carvalho e Melo para o novo governo que se ia formar. Aliás, a nova mulher do futuro estadista era dama de honor de D. Maria Ana. Assim, em Agosto de 1750, Carvalho e Melo é o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A enorme preponderância que, em breve, iria adquirir, tem sido motivo dos mais variados «alvitre» por parte dos seus biógrafos. Parece, no entanto, que a sua ascensão na hierarquia governativa tem uma explicação relativamente simples, entroncando-se na sua vontade férrea, energia, talento e capacidade de decisão. A somar a todas estas características deve acrescentar-se o conhecimento que lhe havia sido prodigalizado pelo contacto que tivera com os novos conceitos de administração e vivência social nas suas funções além-fronteiras. Possuidor de uma personalidade característica de quem não recua perante as maiores barreiras, optou, desde cedo, pela reforma do seu próprio país. A formação e consolidação das grandes potências, no decorrer do século XVIII, devem ter feito sentir ao futuro Marquês de Pombal a necessidade de fazer comparecer Portugal com os inícios mais elevados da civilização europeia. Fortificar o poder real tendo em vista a introdução de alterações profundas no regime de Estado parece ter sido a razão que irá cimentar a sua forma de actuação e a



Prospecto das casas do illustrissimo e excellentissimo senhor Marquez de Pombal, na rua de S. João no lado do Poente. Assinado Marquês de Pombal, in Cartulário Pombalino, Arquivo Municipal de Lisboa

obstinação que conferiu ao seu governo nos quase três decénios que se seguiram.

Nos primeiros anos do seu governo, quando do terramoto de Lisboa de 1755, a forma como agiu serviu para demonstrar a capacidade do governante ao obviar às consequências brutais do sinistro. As providências que tomou, sintetizadas na frase que lhe é atribuída «enterrar os mortos e cuidar dos vivos» denotam um espírito prático e actuante na resolução de dificuldades, e ajudam a compreender a sua ascensão no tablado político. Efectivamente a posição enérgica e eficaz que tomou conferiu confiança à população e contribuiu para o fazer respeitar como governante.

Sebastião José de Carvalho e Melo fica na história como figura controversa. Os seus biógrafos, ao classificarem globalmente a sua acção

através de uma só faceta dessa mesma actuação, esquecem a multiplicidade de factores que envolvem a análise da sua obra.

A sua figura deve inserir-se na época em que viveu e nas circunstâncias que rodearam o ambiente histórico que determinou a sua actuação. Os antagonismos inerentes a certas das suas reformas e a herança social que marcou o país onde exerceu a sua acção, devem afastar uma tentativa de classificação rígida do seu modo de governar. Historiadores como Lúcio de Azevedo que consideram toda a sua obra subordinada ao ódio aos jesuítas, e escritores como Camilo Castelo Branco que traçam o perfil de um déspota, são contributos para alimentar essa controvérsia.

Ao observar-se a política de Pombal no sector económico, tem-se a noção do valor por ele conferido à Inglaterra como país aliado e da sua utilidade para o comércio português. No Brasil começava a escassear a recolha aurífera, bem como outros produtos de origem ultramarina que, tradicionalmente abasteciam o mercado nacional e serviam à Inglaterra. «Portugal não tem outros inimigos que não sejam os inimigos da Inglaterra», afirmava Pombal, consciente da situação do seu país face aos interesses internacionais.

As «Aulas de Comércio» que se fundaram e o plano de reforma do Real Erário, bem como a Criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro são, em parte, acções determinadas pela necessidade de equilibrar as contas no comércio entre os dois países. Contudo, os meios de que se serviu, ao reprimir os que se opunham aos seus desígnios, criaram sequelas que irão alimentar negativamente a sua imagem. A propósito da preponderância que os jesuítas adquiriram na colónia do Brasil ultrapassando uma acção religiosa para se imiscuírem nos meandros da política social, Pombal iniciou uma luta tenaz, em etapas sucessivas e bem calculadas, que culmina com a expul-

Frontispício das Memórias das Principaes Providencias, que se derão no Terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755. Biblioteca Nacional de Lisboa

MEMORIAS
DAS PRINCIPAES
PROVIDENCIAS,
QUE SE DERAÕ NO TERREMOTO,
que padeceo a Corte de Lisboa no anno
de 1755,
ORDENADAS, E OFFERECIDAS
A' MAGESTADE FIDELISSIMA DE ELREY
D. JOSEPH I.
NOSSO SENHOR
POR AMADOR PATRICIO DE LISBOA



M. DCC. LVIII.

(Fundo Geral, n. 723)

são da Companhia de Jesus de Portugal, de França e de Espanha, sendo mais tarde abolida, pelo Breve Papal *Dominus Redemptor*. Um sector importante da Igreja vê, assim, gorada qualquer veleidade de oposição à administração pombalina. Por muitos acusado de descurar a organização e apetrechamento do exército é, no entanto, durante o governo de Pombal que, aceitando a interferência inglesa, vem para Portugal o conde de Lippe, cuja actuação no sentido da criação de estruturas novas no seio militar se repercutiu por muito tempo. Por essa altura (1762) Pombal, mais uma vez, se manteria fiel à aliança inglesa quando se viu ameaçado pela invasão espanhola e francesa, como resultado dos acordos decorrentes do «Pacto de Família». A conspiração dos fidalgos (1758) foi outra das acções marcantes da política pombalina. Não se tendo aclarado, até hoje, a culpa efectiva de cada um dos réus, fica por esclarecer os desígnios que o teriam levado a fazer executar a mais brutal sentença condenatória que teve lugar em Portugal. A acusação de atentado contra a pessoa do rei e o processo que posteriormente se levantou, se por um lado se pode inserir no âmbito da sua política de consolidação do poder régio, não deixa contudo de constituir um traço nefasto perante qualquer análise a que seja sujeita a acção deste dirigente. A necessária restrição dos poderes da Igreja e de certas casas nobres, com ligações internacionais e ultramarinas num caso e ramificações familiares poderosas noutro, é justificada por certos investigadores que aí vislumbram uma poderosa barreira à prossecução duma política visando o absolutismo real.

A instalação das indústrias durante o seu governo e a sua distribuição territorial relacionar-se-ia, geralmente, com a necessidade de criação de novas fontes de riqueza perante a escassez que, já desde D. João V, havia começado a manifestar-se. Deve, pois, ser analisada como uma tentativa de diminuir as importações estrangeiras e da

mesma maneira deve ser observada a sua criação de companhias de feição monopolista.

Numa última fase do seu governo Pombal – a exemplo dos déspotas esclarecidos ou dos iluministas franceses – conduziu uma política de remodelação do ensino. Assim, depois da Aula do Comércio e do Real Colégio dos Nobres, este para educação dos meninos fidalgos, confere à Real Mesa Censória jurisdição sobre colégios e outros estabelecimentos de ensino, criados ou a criar para os primeiros estudos. Esclarece-se que muita desta legislação visava substituir a direcção dos estudos que tinha sido entregue aos jesuítas. A Reforma da Universidade de Coimbra, de 1772, é, talvez, a obra mais saliente no âmbito



Frontispício dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772. Biblioteca Nacional de Lisboa



Palácio dos Carvalhos.
Lambriel de azulejos com panóplia de armas.
Fotografia Unidade de Projecto
do Bairro Alto e da Bica

sua política de renovação do ensino. Na Universidade portuguesa uma reforma de cariz renascentista tivera lugar dois séculos antes. Agora irá instituir-se o estudo das ciências exactas e da natureza. Novas correntes de pensamento no campo jurídico passarão a ser ensinadas numa mudança radical do tipo de ensino, a marcar positivamente o seu governo. Com a morte de D. José inicia-se o calvário do Marquês de Pombal. Os perseguidos e os que se sentiam lesados iriam formar a massa imensa dos que contribuirão para a sua derrocada. Acusações graves de prepotência, de actos brutais exercidos para

imposição das suas determinações, serão emitidas. A Igreja perseguida, as casas nobres lesadas, as famílias dos pescadores da Trafaria, a mole humana que via agora as portas dos cárceres abertas, juntaram-se ao clamor das queixas. Um processo e a consequente condenação, o desterro e a doença que em breve se declara atormentarão os últimos dias do velho governante. A par das reformas e inovações de que foi indiscutivelmente obreiro, Pombal havia exercido o seu governo com a mais inexcedível dureza. Não foi condenado à morte devido à sua idade e, talvez aos sentimentos religiosos da rainha D. Maria. Na veemente defesa que opôs aos seus acusadores, culpou o rei dos actos que lhe eram imputados, numa atitude que pouco o enobreceu.

Lesionou, com acutilância, algumas casas nobres, mas não toda a nobreza. Perseguiu sectores da Igreja, mas não o conjunto da Igreja portuguesa. Apreendendo a parte como um todo, certas correntes liberais do século XIX transformaram Pombal no herói e condutor das suas ideologias. Porque atacou a Companhia de Jesus, a cruzada antijesuíta dos republicanos erigiu-lhe a mais grandiosa estátua de Lisboa. Porque destruiu algumas famílias poderosas foi, para muitos, o caudilho da protecção à burguesia e, assim, na primeira como na última linha deste «retrato» reafirma-se a falta de objectividade que norteia os estudos sobre Pombal. Independentemente de ter sido bom ou mau governante, foi claramente déspota, tirano em muitas das suas acções, mas foi também um reformador e, sobretudo, o precursor do Portugal moderno.

Ajustar a sua biografia a ideias preconcebidas é a maneira mais acessível de elaborar a sua história. Não é, no entanto, a mais científica. Pombal foi, efectivamente, um político controverso que deve ser compreendido e explicado no contexto do seu tempo e nos limites territoriais onde exerceu a sua acção.